

GESTÃO EDUCATIVA DO TURISMO: FUNDAMENTOS DE UMA CIDADANIA EMANCIPADORA

Christian Dennys Monteiro de Oliveira¹
José Maclécio de Sousa²

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma amostragem de escolas públicas do estado do Ceará, envolvendo 12 municípios em 8 diferentes regiões do estado, com polarização administrativa e presença de atrativos turísticos. Procurou evidenciar as razões de uma dinâmica tão descontínua para a realização de viagens técnicas escolares. Tal atividade pedagógica continua sendo tratada como trabalho “extraordinário” ou complementar. Os objetivos da pesquisa mostram padrões de turismo educativo realizados pelas escolas em suas práticas de intercâmbio. Fundamentamos o trabalho na perspectiva do planejamento integral (MOLINA RODRIGUES, 2001) e na compreensão transdisciplinar do Turismo (RODRIGUES 1997). A metodologia de investigação exploratória contou com pesquisa documental e entrevistas de gestores de escolas em colégios da região metropolitana. Nos municípios interioranos, o levantamento deu-se junto aos orientadores das Coordenadorias regionais da Secretaria de Educação. Os principais resultados do trabalho, até aqui, evidenciam uma prática limitada pela resistência da formação docente e pela insensibilidade relativa dos da gestão pública da educação, que não privilegia o acesso turístico dos educandos como uma estratégia de cidadania emancipadora.

Palavras-Chave: Turismo; Educação; Emancipação; Visitação; Geografia Escolar.

EDUCATIVE MANAGEMENT OF TOURISM: GROUNDINGS FOR AN EMANCIPATORY CITIZENSHIP

Abstract: This paper was developed working with a series of public schools in the state of Ceará, involving 12 cities in 8 different regions of the state, marked by a polarization of administrative situations and the presence of tourist attractions. It sought to highlight the reasons for such a discontinuous dynamics in conducting technical educative excursions. This kind of pedagogical activity is still treated as extraordinary or complementary work. The study shows patterns of educational tourism undertaken by schools in their interchange practices. The work is based on the perspective of “comprehensive planning” (MOLINA RODRIGUES, 2001) and on

¹ Geógrafo pela USP e Professor do Curso Geografia na Universidade Federal do Ceará; Pós-Doutor em Turismo e Geografia pelas Universidades de São Paulo (2005) e de Sevilha (2011). Doutor e Mestre em Geografia Humana – FFLCH da USP (1999, 1993).

² Geógrafo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC). Experiência nas áreas de educação ambiental, formação de professores e geografia escolar. Professor do Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Doutorando em Educação pela FACED-UFC. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 9(1): 68-81, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

the trans-disciplinary understanding of Tourism (RODRIGUES, 1997). The exploratory research methodology included documentary research and interviews with school managers, in the schools located in the metropolitan region. In the hinterland municipalities, the survey interviewed the advisors of the Regional Coordinations of the state Department of Education. The main results of the work thus far show that this practice is limited by the hesitation of teachers due to their training, and by the relative insensitivity of the public education managers, who do not favor the access of students to the touristic assets as a strategy of emancipatory citizenship.

Keywords: tourism; education; emancipation; visit; school geography.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O planejamento do Turismo, na contemporaneidade, amplia as exigências relativas às Políticas Públicas. Como estabelecer critérios que confirmem um desenvolvimento local / regional – de determinados territórios e sociedades – se o crescimento do setor turístico não repercute, diretamente, na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos? Há, sem dúvida, uma preocupação estratégica com a oferta de estruturas turísticas profissionais. E todo um conjunto de legislações socioambientais, produzido nas duas últimas décadas de vigência da Constituição Federal de 1988, corrobora com a implantação dessa estratégia.

Entretanto, dá-se um processo de gestão economicamente restritivo e geograficamente insustentável. O motivo – ignorado pela maioria dos estudiosos do setor – encontra-se na análise reducionista do Turismo. Enquanto a dimensão das estruturas de oferta (atrativos, serviços e equipamentos) é supervalorizada, a vivência das demandas permanece em incomensurável desprezo. As secretarias e institutos responsáveis pela administração pública e privada do Turismo simplesmente ignoram a demanda turística emergente da sociedade que representam. Pensam, portanto, o Turismo exclusivamente pela presença do turista. Imitam metaforicamente um setor de saúde que vive de remediar; sem intervir preventivamente em qualquer doença.

Alguns imediatismos governamentais e empresarias auxiliam a trajetória dessa ingenuidade coletiva. Para certos planejadores, se as estatísticas mostrarem os dados do turismo emissivo toda argumentação a respeito da capacidade do setor como “vetor” de desenvolvimento simplesmente desapareceria. No estado do Ceará, região que privilegiamos nesta análise, reedita-se, semestralmente, as preocupações com a manutenção dos 12% do PIB estadual advindos do setor. A cada temporada de alta estação (dezembro-janeiro; julho-agosto) aguarda-se um crescimento no fluxo de entrada turística capaz de compensar as dificuldades dos receptivos, com pouca ou nenhuma alternativa na longa baixa estação. O estado vive, nos últimos quinze anos de *boom* do turismo globalizado, o drama da dependência das regiões emergentes: inseridas na modernização territorial pela pós-modernidade dos enclaves. Utilizando as categorias de análise do Molina; Rodrigues (2001) e Rodrigues (1997), pode-se afirmar que uma espécie de *pós-turismo*, sem planejamento integral, se instala no Ceará como um *simulacro* de desenvolvimento geográfico.

O presente estudo explora uma dimensão geográfica diametralmente oposta a essa lógica de simuladores econômicos parciais. Parte do princípio de que uma gestão política requeira, enquanto domínio pragmático (*condução executiva de um processo*), a compreensão de um ponto de partida cognitivamente sustentável: o sistema turístico demanda o intercâmbio permanente com outros sistemas.

Reconhecemos esse ponto de partida na dimensão comunicacional do Turismo que tende a inverter sua lógica economicista, geralmente mais sedutora e incompleta. Ou pelo menos reduzi-la ao campo da infraestrutura material. A lógica socioespacial, aqui ressaltada, destaca o peso do intercâmbio cultural entre visitantes e visitados, fazendo com que este subordine a chamada “indústria das viagens”. Só desta feita, é possível avaliar o crescimento do fazer turístico como indicador de desenvolvimento e envolvimento social, simultaneamente. O pressuposto socioespacial, ao contrário do apelo das arrecadações na oferta (recorte antissistêmico), não atrela o Turismo à Indústria Global, tão imediatamente.

Um didático artigo de Peter Keller, explorando a caracterização contemporânea das empresas e fluxos turísticos, com o título *Uma nova maneira de ver o turismo global*, afirma:

De fato, o turismo tem uma estrutura econômica dual. De um lado estão as grandes corporações, que organizam viagens, transportes e paradas em escala industrial. Normalmente tem suas sedes em aglomerados de países que são pontos de partida para destinos turísticos [...] Na outra ponta da escala dessa indústria internacional de viagens e turismo encontram-se destinos tradicionais de turismo receptivo, com suas pequenas e médias empresas, prestadora de serviços turísticos para o consumidor final. Elas não só operam em áreas como hospedagem e alimentação, mas também na oferta de atividades de lazer culturais e esportivas (KELLER, 2005: 6).

Considerando que o raciocínio de Keller esteja plenamente centrado no pressuposto da eficiência econômica, poderíamos questionar: de que maneira se espera atenuar essa dualidade? Fornecendo às regiões periféricas – cada vez mais identificadas com os “destinos tradicionais” - uma condição para qualificar de forma competitiva suas atrações. Isto é, ampliando e adensando o espaço geográfico destinado a diversidade de consumo dos turistas, para que esse “espaço turístico”, inflado, possa compensar o subdesenvolvimento de outros espaços e funções. Em linhas gerais, isso significa que uma Política de Turismo, pelo viés funcionalista e liberal, restringe-se ao ordenamento territorial dos atrativos para os consumidores turísticos (turista), nas regiões de destino. No Ceará – e, generalizadamente, no Nordeste brasileiro como um todo – isso corresponde, ad eterno, à radicalização absoluta do Turismo de *Sol e Praia*. E qual o papel do Estado nessa “redução” funcional? Keller também responde:

O Estado não pode ser um obstáculo às iniciativas econômicas. Ao contrário, ele deve ter um papel importante na concorrência entre os destinos turísticos. Seu impacto no desenvolvimento do turismo é considerável, uma vez que é o Estado que disponibiliza os bens dos destinos turísticos. O Estado é então um coprodutor de turismo (KELLER, 2005: 15).

Melhor dizendo: coprodutor e do “turismo dos outros”.

A leitura socioespacial canaliza a Política Pública **de Turismo** para uma Política Pública **com Turismos**. Trata-se de dar vazão às múltiplas territorialidades do turismo contemporâneo, alimentando alternativas transdisciplinares de intercâmbios. Portanto, propõe-se uma **Política Pública de Visitação**. Neste turismo, o que se promove é o intercâmbio dos atores turísticos; o encontro de visitantes e visitados. E quando os visitados são entes inanimados – um lago, uma serra, um monumento – há que se considerar a mesma interação em termos indiretos, posto que as mediações a estes entes são tão ou mais importante do que sua existência. Afinal, não se visita casa de ninguém sem o consentimento ativo de seus donos. Fenomenologicamente, o paraíso do “sol e praia” é um legado da consciência paradisíaca (intencional) da pré-modernidade. Muita gente que vive desses e nesses “paraísos” permanece ignorado – e discriminado – pelo processo.

O desafio da inclusão social das comunidades receptoras no Turismo praticado no Ceará, especialmente na extensa faixa litorânea (de 573 km), faz com que alguns autores se aproximem de um raciocínio mais questionador da lógica econômica neoliberal. Para tanto, a convocação dos aportes ambientais, redimensionando os impactos e as novas formas de convívio com os recursos, é condição imprescindível. Centrada nas preocupações da relação entre o turismo e o Meio Ambiente, Coriolano constata:

Considerando que o turismo está se desenvolvendo sociedades pobres com graves problemas sócioambientais, a função do turismo não seria apenas gerar riqueza, mas distribuí-la com ética e respeito aos valores e a identidade do povo, na sua construção sociocultural. Sem essa postura, alimenta-se apenas a falsa ilusão de desenvolvimento, de negação da capacidade inerente ao turismo de contribuir para o desenvolvimento social, a conservação ambiental e o enriquecimento cultural de todos sem exceção (CORIOLANO, 2007: 40).

Acontece que a “inerência” apontada pela autora depende de outra formulação geográfica na concepção do processo turístico. Este já não restrito às oportunidades conjunturais, que selecionam atrativos e modelam produtos de forma extremamente desiguais. Mas um processo calcado na **necessidade estrutural de universalizar intercâmbios** socioespaciais. Um fazer turístico de mão dupla e expansão radial. Absorvendo definitivamente a idéia de que a prática do Turismo traz para a cidadania uma superação contemporânea, frente às demais práticas de deslocamento geográfico: nomadismo, migração e refúgio (político ou natural). O Turismo assegura a volta dos viajantes/ visitantes; mas pode garantir também o intercâmbio mais constante com os visitados. Neste sentido, ele compõe uma geografia educativa única. É sobre este campo que se pretende ler sua nova gestão.

TURISMO: PRÁTICA GEOGRÁFICA DE NATUREZA EDUCACIONAL

O Ensino de Geografia, tanto na escola básica como na formação superior, foi pautado pelos desafios das Aulas de Campo e dos Estudos do Meio (Oliveira, 2006). No decorrer de mais de um século de escolarização pública brasileira, esse compromisso da Geografia com o ambiente não necessitou refletir sobre o *fazer turístico* como prática social contemporânea. Ao contrário, nas viagens técnicas para

estudo geográfico, o comportamento “turístico” dos participantes (estudantes) é habitualmente tido como momento de lazer (do *não* trabalho). Foi consolidada uma leitura transplantada do senso comum: *faz turismo* quem não precisa trabalhar /estudar.

As transformações mais recentes na Educação Geográfica, com ampliação de seu teor crítico e a demanda por novas tecnologias de ensino, abriram outras perspectivas para o Turismo na Geografia. Como prática geográfica, o Turismo representa o intercâmbio de espaços vividos, no encontro cultural de visitantes e visitados. Esse é um desafio da gestão pública do Turismo que coloca seu papel exclusivamente econômico em plano secundário. Em primeiro lugar, interessa aqui a gestão educacional desse instrumento qualitativo de intercâmbio. Pelo simples fato de que para fazer avançar a luta pelos Direitos Humanos, ninguém (em condições normais de civilização e modernidade) irá questionar se saúde ou habitação deve gerar lucros antes de ser universalizada. Assim como não questiona os impactos da educação no meio ambiente, que não são poucos! Visto como *prática geográfica de visitação* o Turismo ganharia a mesma dimensão universal. Reduzindo essa elitização com enfoque pejorativo, já ultrapassado pelo lazer e outros direitos sociais.

Para alcançar esse movimento estruturou-se um projeto de observação mais sistemática das práticas de campo utilizadas nas escolas públicas do Estado do Ceará. Tendo em vista o reconhecimento das oportunidades de visitas técnicas que demarcam a maior parte das escolas particulares mais privilegiadas, conduzimos o questionamento para à rede estadual pública de ensino (fundamental e médio). Os fatores que limitam as práticas de campo, no ensino público básico, explicam-se apenas por questões econômicas? Em que medida o Ensino de Geografia coopera com essa marginalização das atividades de campo? E em consequência da leitura econômico-elitista do Turismo, até que ponto as poucas práticas utilizadas na escola básica pode indicar novos procedimentos para o setor?

Esses questionamentos auxiliaram, não só a condução da pesquisa, apresentada a seguir, em seu âmbito metropolitano – posto que o levantamento, no interior, não foi concluído – como também na montagem de um trabalho piloto de intercâmbio, descrito no final do artigo. O fundamental até aqui foi reconhecer que a dimensão socioambiental não vincula o intercâmbio dos lugares sem coparticipação ativa de seus agentes e atores. Daí o entendimento de que a prática geográfica pode colocar em plano secundário a lucratividade desse intercâmbio. Entretanto, jamais abre mão de seu fundamento relacional; classicamente denotado na ciência geográfica como a relação sociedade-natureza. Isto é, na atualização da abordagem, a relação de compreensão da própria natureza espacial da sociedade.

OBSERVANDO O PROCESSO DE VISITAÇÃO NO CEARÁ

A idéia central da pesquisa foi selecionar municípios cearenses, com significativa representatividade regional (e turística) para a observação do uso de seus atrativos (urbanos e rurais) na construção de visitas técnicas turisticamente acessíveis.

A representatividade territorial do estudo pretendeu o alcance das localidades expressas a seguir (Figura 1). O projeto de pesquisa foi intitulado *Visitação: Desafios e Práticas do Turismo Geoeducativo no Estado do Ceará*.

Concebido em 2005 e aprovado no Departamento de Geografia da UFC, o projeto visava contribuir com as discussões em torno das metodologias de ensino-aprendizagem, capazes de instrumentalizar os procedimentos de gestão do intercâmbio no turismo emissivo (e indiretamente de qualificação no receptivo). Reconhecendo na Geografia Escolar grande potencial para desenvolver diálogos permanentes entre escola e comunidade; e conseqüentemente, entre mundo-escola e saberes discentes.

	Município	População (2006)	Macro Região Turística
01	Fortaleza	2.416.920	Capital
02	Horizonte	45.251	Região Metropolitana
03	Aquiraz	70.938	Região Metropolitana – Leste
04	Maracanaú	196.422	Região Metropolitana
05	Caucaia	313.584	Região Metropolitana – Oeste
06	Aracati	68.673	Costa Leste
07	Russas	65.268	Vale do Jaguaribe
08	Camocim	58.710	Costa Oeste
09	Tianguá	68.464	Serra de Ibiapaba
10	Baturité	31.736	Serra de Baturité
11	Quixadá	75.717	Sertão Central
12	Crato	115.087	Araripe / Cariri
13	Tauá	52.398	Sertão dos Inhamuns

Figura 1: Municípios pré-selecionados pelo projeto *Visitação*

Nesse diálogo evidenciou-se a possibilidade de desenvolver atividades de turismo geoescolares, proporcionando diversas contribuições para a educação escolar e a valorização de potencialidades turísticas locais. O estabelecimento dessa denominação para o turismo pedagógico (ou escolar) deve-se à perspectiva objetivada pela segunda fase do projeto: a promoção de intercâmbios municipais entre as escolas de municípios vizinhos (no interior de uma mesma região).

Decorridos doze meses de trabalho, cadastrou-se a realização dessas práticas de aula de campo/estudo do meio em município da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) – **Aquiraz, Caucaia, Horizonte e Maracanaú** – captando suas contribuições e desafios para viabilizar um papel mais engajado com a função educativa da disciplina geografia e da escola. Mesmo considerando os sérios problemas apontados pelas práticas convencionais do ensino tradicional. Práticas essas que não desaparecem, apesar de todos os esforços; apenas abriram espaço para alternativas aqui tomadas como formas preliminares de turismo geoescolares.

O turismo geoescolares é uma proposta pautada nas discussões em torno do Turismo com *Base Local* proposto na década de 1990 (RODRIGUES, 1997), que de outras experiências alternativas e comunitárias de gestão, busca romper com o planejamento turístico convencional. Aquele centrado exclusivamente na procura incessante do valor de monetário dos lugares, limite da reprodução do capital, concentrando suas ações sob o investimento no receptivo – a estada do turista – em detrimento do morador e dos intercâmbios socioespaciais e ambientais. Dessa maneira, para a formatação de sua gestão, no Ceará, buscou-se vislumbrar elementos de aproximação entre instituições escolares e equipamentos patrimoniais

(públicos e privados); permitindo uma ambiência comum entre dois ou mais grupos de serviços urbanos, capazes de interagir na visitação de estudantes a estes equipamentos.

Esta etapa envolveu leituras nas áreas de geografia, metodologia de ensino e turismo, para entender as dinâmicas destas; produção de banco de dados, realizando levantamento a fim de saber quantas e quais escolas de ensino básico realizaram aulas de campo em seus respectivos municípios (acima citados). Já na fase aplicada (mais empírica), realizou-se o acompanhamento de um intercâmbio entre alunos universitários e alunos da educação básica, durante o desenvolvimento de um trabalho de campo, proposto e efetivado em atividades de “mão dupla”: primeiro os universitários visitam o entorno da comunidade escolar (no interior do estado); depois recebem um grupo de estudantes da mesma escola para uma visita turístico-educativa em Fortaleza. A meta foi verificar se haveria condições de estabelecer esse intercâmbio entre os próprios alunos do ensino básico.

A sistematização dos objetivos gerais estabeleceu a seguinte pretensão: **Investigar práticas de visitação escolar, analisando seus desafios e colaborações na configuração de um turismo geoeducativo.** Tendo como *objetivos específicos*:

- Criar um cadastro de escolas e seus projetos que se desenvolvem nos municípios registrados como potencialmente turísticos;
- Identificar as dificuldades apontadas para a realização de aulas de campo nas escolas pesquisadas;
- Captar as potencialidades das atividades educativas e turísticas na renovação de seus objetivos;
- Realizar acompanhamentos de aulas de campo, vislumbrando seus aspectos inerentes ao turismo geoeducativo.

Será feito, em seguida, um breve esboço da fundamentação teórica, no campo educacional que dá sustentação a esta investigação.

BASES TEÓRICAS E PERCURSO METODOLÓGICO

Remetendo-se aos processos históricos que deram forma e características ao ensino público brasileiro, notamos o estabelecimento de estruturas coniventes com um processo educativo vago e desconexo do mundo vivido, nas proximidades das unidades escolares. O que repercute em costumeira (e silenciosa) discriminação entre os processos de ensino e aprendizagem. Como resultado dualista, de um lado, o professor reduz sua responsabilidade pedagógica ao “interior” da aula, sendo um mero transmissor de informações; de outro, o corpo coletivo e individual de alunos à passiva condição de expectador do fazer escolar.

A Geografia, neste contexto,

[...] trata da identificação de lugares (em diversas escalas) e fatores geoambientais referendados em nível cartográfico (...) aquele discurso geográfico que fala do mundo, mas não cria autonomia diante dos demais discursos das ciências humanas ou naturais (OLIVEIRA, 2004: 49).

Nesse sentido, há uma desconstrução da geografia em sua função social, na condição de disciplina escolar. A disciplina torna-se um instrumento de descrição de certos aspectos do mundo. Faz-se uma Geografia descritiva (e decorativa), que trata

de um mundo quase virtual; não do aluno ou do professor; de entes ideais que *devem ser*, mas nunca são. O “mundo espelho” dos livros didáticos que, em desarticulação com o lugar vivido, causam desinteresse e desvalorização dos conhecimentos próprios desta Ciência. *Conhecimentos saberes* a partir dos quais os conceitos científicos podem legitimamente emergir.

A preocupação com a dinâmica contemporânea do Turismo, no interior da Prática de Ensino em Geografia, é muito recente e tem dado passos bastante preliminares. O geógrafo Herbe Xavier, após reconhecer o atraso em suas temáticas centrais – envolvimento da comunidade, relações de sustentabilidade, impactos e políticas públicas – para reformulação curricular da disciplina, afirma:

A escola, de modo geral, tem permanecido omissa nesse processo... está mais voltada para outras atividades econômicas, a exemplo da indústria e seus reflexos na organização do espaço. Assim partimos do pressuposto de que, de modo geral, não houve ainda, uma tomada de consciência da comunidade sobre o turismo (XAVIER, 2001, 63).

Considerando que essa “comunidade” possa abranger toda uma sociedade civil (em escala nacional), comprometida em ampliar seus níveis gerais de escolarização, a falta de uma *gestão educativa* do Turismo, no próprio ensino geográfico, repercute como uma lacuna insustentável. Assim, este trabalho vem referendar o reconhecimento do papel que as atividades de campo têm para o desafio de *tirar a geografia dos lugares comuns*. Entendendo como *lugares comuns* a condução do processo pedagógico pelos livros didáticos, muitas vezes restritos à apresentação dos conceitos, sem convocar professores e alunos a submetê-los à vivência, em constante reelaboração de seus significados.

Herbe Xavier também lembra que a “paisagem geográfica constitui tema central para as atividades turísticas e educativas” (2001, p.66) e, para que este conceito se consolide, as práticas de educação do valor ambiental tornam-se decisivas. Dado que muitos professores ainda se refugiam nos conteúdos ali estabelecidos, sem fazer referências ao sentido educativo de um determinado tema. Nutrem *um ensinar por ensinar*, e terminam por *(des) educar*. Como foi indagado em estudos anteriores, por que continuar reduzindo à sala de aula um complexo de interesses que, em 99% das vezes, estão fora dela? (OLIVEIRA, 2004)

A fim de se estabelecer um movimento de renovação das práticas de ensino-aprendizagem, os trabalhos pedagógicos devem ser potencializados em sua capacidade de explorar os aspectos do espaço vivido. Fazendo assim com que os mesmos sejam trabalhados não, apenas como fato cotidiano, mas como um cotidiano lido à luz das contribuições da produção científica social. É necessário que ciência e saber cotidiano sejam interconectados. Constituindo um espaço criativo do fazer pedagógico que denominamos *geografia mundana*:

[...] uma geografia quase indisciplinada. Capaz de manter-se na Escola, freqüentar o mundo e abrir-se para a sistematização de seus conhecimentos científicos com a agilidade similar aos grandes veículos de comunicação (OLIVEIRA, 2004, p.50).

Visualizando esta problemática, investigou-se o papel das Aulas de campo e de projetos de Estudo do meio, enquanto prática de visitação, viabilizando a configuração do Turismo enquanto prática geoeducativa. Há nesse trabalho

intenções diversas, que convergem em dois sentidos gerais: a) desafio metodológico das ações de ensino-aprendizagem, revestindo a escola com possibilidades mais engajadas no cotidiano da própria comunidade de entorno; b) constituição de uma cultura turística (geoeducativa), potencializando lugares algumas vezes “atraentes” por suas condições de repulsão (ex. áreas de lixão ou construções degradadas). O que demanda outro envolvimento de instituições e moradores na produção de um “atrativo turístico”.

Considerando as experiências da professora Márcia S. Resende (1989), os discursos em torno de uma escola de qualidade, que deem sentido educativo aos temas trabalhados em sala de aula, devem considerar as experiências vividas pelos alunos; seja em seus bairros ou em seus percursos de vivência cotidiana. Segundo ela:

Minha experiência pedagógica levava-me a acreditar que os alunos efetivamente chegam à escola com um saber peculiar sobre o espaço que faz parte de suas respectivas histórias, das múltiplas atividades que enchem suas vidas, espaço cuja lógica eles apreendem na própria carne. (...) Nossa escola prefere, contudo, excluir esse espaço real do espaço geográfico que ensinamos (razão manifesta: as impressões dos alunos são irrelevantes; razão política: esse saber pode ser arriscado, subversivo para a própria geografia, para a escola) (RESENDE, 1989, p. 84).

Para desenvolvermos esta etapa da pesquisa os procedimentos básicos preliminares estiveram concentrados nos referenciais teóricos da Geografia Crítica e do Turismo com *Base Local*, sustentando um levantamento relacional. Entendemos que a geografia fortalecida no papel de refletir o espaço geográfico local, assim como de converter estas reflexões para a ambiência escolar, estabeleceria uma ponte segura entre Educação e Turismo. Dessa maneira, afastou-se da perspectiva mercadológica do Turismo, compondo a observação de uma prática de ensino por intermédio das experiências de visitaçào. O que permitiu outro olhar para a lógica de organização dos lugares.

O Turismo, por se tratar de uma atividade que é realizado *por gente que se comunica, que interage com outras pessoas, com a natureza, e com as manifestações culturais dos mais diferentes povos* (HAZIN, 2000, p. 12), consolida-se primeiramente como prática social (CRUZ, 2001). Adquire então possibilidades de inovar no campo do ensino-aprendizagem de modo motivador; tendo na Geografia Escolar grande potencial de viabilizar tal ação.

Mas, é preciso considerar que o turismo convencional, o “turismo de massa”, não possibilita um processo educativo emancipatório do cidadão, por criar corredores “acortinados”, fechando-se a atrativos belos, formatando uma visão parcial dos lugares.

Por isso, faz-se necessário nesse desafio pensar propostas de Turismo em suas bases locais que, no campo das atividades sócio-educativas, servem como mídia do lugar; no sentido de se conhecer de forma mais detalhada e de forma contextualizada os objetos e processos de um determinado território.

Assim, dar-se-ia a formatação do Turismo Geoeducativo. Aproximando a atividade turística do movimento educativo escolar; criando pontes seguras entre escola e comunidade, escola e espaço vivido, conseqüentemente entre aluno e mundo e suas *multiescolaridades*.

Nesse desafio proposto, o estudo vem compartilhar com as considerações de Elyana Barbosa e Marly Bulcão ao investigar o pensamento pedagógico do filósofo Gaston Bachelard:

(...) escola não deve ser um simples prolongamento da vida e do senso comum social. Nesse sentido, para aprender é necessário ser dinâmico e resistir a tudo aquilo que representa passividade e acomodação. O conhecimento não pode ser jamais contemplativo e ocioso, mas implica em trabalho, em retificação, em mudança (BARBOSA e BULCÃO, 2004, p.73).

Isso significa que a constituição de um turismo geoespacial – em uma ação pedagógica de imaginação e inovação - promove atividades de visitaç o continua e engajada com a função social do ensino. Rompendo com o reducionismo da leitura que conduz a capacitação para um *turismo apenas mercadológico*, em que os equipamentos turisticos se refugiam em objetos não contextualizados. A escola – enquanto *novo equipamento turistico* de formação – comunga os anseios das comunidades; vislumbrando melhorias em suas dinâmicas, independente das velhas práticas de convencimento. Mais do que “gerador de emprego e renda” (como repete o discurso marqueteiro dos secret rios da pasta), o Turismo gera *saber* enquanto *saber-fazer*.

Além da pesquisa de gabinete, foram realizados contatos, via telefone, com os gestores escolares dos quatro municípios trabalhados. Constituiu-se assim um banco de dados com dois objetivos básicos. O primeiro, no sentido de saber quantas e quais escolas, por município, realizaram trabalhos de visitaç o; quais localidades foram escolhidas por essas escolas; se haveria interesse em continuar (e sob quais circunstâncias) tais práticas. O segundo ainda a ser desenvolvido – como pesquisa para além das atividades de extensão já em curso - buscava selecionar duas escolas por município para formatar parcerias de intercâmbio escolar, aprofundando o acompanhamento analítico desse processo ao de um ano letivo completo. Nessa perspectiva trabalhamos com quatro municípios:

Outro caminho importante deu-se na participação de um trabalho de Aula de campo junto à turma de Oficina Geográfica II, do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), realizado no município de Mosenhor Tabosa a 306 km de Fortaleza, entre 2007 e 2008 (detalharemos adiante). Esta Aula de campo foi desenvolvida também com alunos da educação básica (escolas públicas da sede municipal), constituindo-se em um momento de interação de saberes.

Mais recentemente, nos anos subsequentes a esta experiência, o Laboratório de Estudos Geoespaciais do Departamento tem organizado atividades de intercâmbio turistico e geoespacial em escolas públicas da cidade de Fortaleza. Proporciona o desdobramento de seus vínculos com a Educação Patrimonial e o uso de recursos midiáticos diferenciados. Dois grandes desafios apontados pelos gestores entrevistados, como significativas demandas para um ensino menos “decorativo” e mecanicista na prática da Geografia Escolar.

O LEVANTAMENTO REALIZADO NA GRANDE FORTALEZA

Reconhecer nas atividades de campo – aula, trabalho, visitas técnicas localizadas e estudo do meio – uma vivência turística geoeducativa foi o princípio norteado de toda sistemática das consultas realizadas.

Ficou estabelecido, a partir da verificação em duas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE 01 e 21), responsáveis pela supervisão das escolas da grande Fortaleza, que o teor do trabalho iria requerer contatos telefônicos diretos com as escolas públicas e uma seleção de entrevistas posteriores.

O passo seguinte foi demarcar, a partir do cadastro do INEP-MEC, as escolas para a execução desse contato, tendo como critério privilegiar as escolas municipais para a consulta em Ensino Fundamental II e as Estaduais para o Ensino Médio.

No que diz respeito aos contatos telefônicos, a fim de se criar o banco de dados para as etapas futuras, obteve-se os seguintes resultados (Figura 2). É relevante constatar que do total de 85 escolas de ensino básico, 64 executou algum tipo de visita escolar (aproximadamente de 75%), no período compreendido entre fevereiro de 2006 e abril de 2007. O que aponta a existência majoritária de uma experiência de campo, embora quase nunca realizada com abordagens ou percepção do fazer turístico.

Municípios	Escolas Sem Visitaçã	Escolas Com Visitaçã	Total de Escolas	Sem contato	Total Geral
Aquiraz	02	06	08	12	20
Caucaia	06	25	31	30	61
Horizonte	01	05	06	00	06
Maracanaú	12	28	40	32	72

Figura 02: Escolas contatadas e visitadas na 1ª etapa da pesquisa

A maior parte dessas Aulas de campo foi realizada nos bairros do próprio município; ou privilegiando o acesso aos equipamentos socioculturais da capital (Fortaleza). Evidenciou-se assim um destaque aos acessos de curta distância; o que representava uma forte tendência em garantir a execução da visita ao maior número possível de estudantes.

As entrevistas, realizadas com os gestores de algumas escolas abriram caminho para a conversão do projeto de pesquisa para novos projetos (de extensão e ensino). O planejamento e a descrição de algumas experiências de campo mostravam que um dos problemas fundamentais para a disseminação do turismo geoeducativo estava (e ainda está), inicialmente, na pouca visibilidade do processo. As limitações de formação docente bloqueiam as iniciativas da maior parte destes profissionais; o que os impede de lidar com as potencialidades educacionais do Turismo.

Verificou-se a possibilidade de criação de um plano piloto para que o trabalho fosse referendado em um município. Foi então criado o Projeto “Turismo Educativo Local” que teve sua primeira execução numa parceria entre o Laboratório de Estudos Geoeducacionais, do Departamento de Geografia da UFC e o Município de Monsenhor Tabosa, localizado no sertão central do Ceará (a 300 km de Fortaleza). O envolvimento da turma do 3º semestre de Geografia (integrantes da

disciplina Oficina Geográfica II) e dos integrantes do Grupo de Estudos GETUR/Visitação, facilitou a percepção dos encaminhamentos necessários para a adoção de um processo sistemático. No qual, formar o professor (no além da sala de aula) requer também dotar esse profissional com as funções pedagógicas de um guia de turismo.

Durante aula de campo, alunos da UFC e de duas escolas de ensino básico do município de Monsenhor Tabosa mantiveram contatos visando à preparação dos percursos a serem realizados nesse município. O intercâmbio propiciou o encontro da academia (representada pelo corpo de estudantes da graduação em geografia) com seu respectivo “objeto de trabalho” (os alunos das escolas básicas, mostra do público alvo de suas futuras ações profissionais).

O primeiro grupo (os acadêmicos) reconheceu importantes objetos e processos socioambientais presentes nas proximidades das escolas visitadas, com ênfase ao Pico do Oeste – ponto altimétrico culminante do estado do Ceará. Em contrapartida, entre os alunos de Monsenhor Tabosa (cerca de vinte participantes) apenas três admitiram ter estado no local. Esse depoimento e as impressões da experiência tão positiva ali despertada, apenas reforçavam o pressuposto da pesquisa: a dimensão educativa do Turismo precisava ser explorada nas relações de aprendizagem com o próprio meio em que se habita. O desconhecimento sobre o espaço geográfico de entorno é tamanho que a perspectiva geográfica no ensino demanda, cada vez mais, incorporar o vivenciar turístico para a formação dos cidadãos.

Esse trabalho, realizado em abril de 2007, foi complementado em julho do mesmo ano seguinte, com a estruturação de uma visita de dois dias à região metropolitana. Desta, participaram os mesmo alunos da Graduação e apenas 12 estudantes, representando uma das escolas visitadas em Monsenhor Tabosa.

Nos depoimentos discentes, o dimensionamento deste retorno mostrou a exata força da atividade em potencializar, de forma significativa, toda a carga de conceitos mais abstratos trabalhada no ensino fundamental de geografia.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pode-se concluir que o estudo serviu para recriar as bases contemporâneas da aula de campo afinadas à consolidação do papel educacional do Turismo. Aqui desdobrados resumidamente em quatro projeções formativas, avaliadas na sequência:

- **Visitação de Aprendizagem**, para alunos da educação básica. Os alunos da educação básica acharam o método de aula, muito diferente do que estavam habituados – a sala de aula com seus livros: a geografia dos lugares comuns. A aula lhes proporcionou o conhecimento de uma nova localidade;
- **Visitação de Ensino**, para os professores da educação básica: Os professores que acompanharam a turma reconhecem a importância das aulas de campo, mas apontam dificuldades de deslocar as turmas para determinados ambientes, em função de questões de tempo e recursos financeiros;
- **Visitação de Planejamento**, para o núcleo gestor da educação básica: O núcleo gestor de uma das escolas, também aponta a necessidade de se

valorizar as aulas de campo, mas ressaltou a dificuldade de se estabelecer vínculos fortes entre trabalho de campo e trabalho dentro da escola;

- **Visitação de Formação para alunos da graduação em licenciatura:** Os alunos da graduação da UFC apontaram como aspecto negativo o fato dos alunos de Monsenhor Tabosa não conhecerem uma parte significativa de sua localidade, o Pico do Oeste. Mas na seqüência dos debates e com a posterior visita pela Grande Fortaleza percebeu-se que o essencial não era esse conhecimento prévio; mas a valorização do salto cognitivo e existencial que todo grupo obtém a partir da experiência com esse tipo de turismo.

A perspectiva de um turismo geoescolástico, pautado na prática da “geografia mundana” e aplicado na ambiência escolar, sugere um enfrentamento metodológico desafiador. Posto fazer frente às tendências conservadoras no ensino de geografia.

Nesses termos, a formatação de visitas escolares, na perspectiva do turismo geoescolástico, configura-se na contribuição positiva do encontro de atividades escolares e com Turismo, imprimindo inovações em ambos. Observa-se que o estudo dos lugares desenvolvido pela escola é reconhecido como atividade essencial para a compreensão da realidade de uma determinada comunidade escolar.

Contudo, há uma dificuldade de se estabelecer pontes estáveis entre trabalho de campo e atividades realizadas dentro da escola. As visitas, apesar de serem reconhecidas como motivadoras para os alunos, em alguns casos são taxadas como atividades de lazer, de forma pejorativa. Por isso precisam ser geridas como práticas permanentes de formação do docente de geografia.

Aspectos de calendário escolar e horário, assim como prerrogativas financeiras para deslocamento são apontados como obstáculos centrais, no que concerne ao desenvolvimento de programas de visita. Não se coloca isso no mérito central dessa discussão. A questão fundamental é a formação de uma mentalidade associativa, capaz de conduzir às condições necessárias a qualificação do vínculo *aprendizagem conceitual* ↔ *vivência geográfica*, a partir das práticas turísticas. Portanto, além de sua tematização imediata, circunscrita às retóricas economicistas, o Turismo integral condiciona elementos culturais indispensáveis à implementação de uma gestão educativa. Entre outros destacamos, à título de finalização, o intercâmbio socioespacial, a problemática da acessibilidade (individual e coletiva) aos lugares e a tolerância sobre os valores e diferenças da existência humana. Além das raízes nômades, que apenas no mundo moderno constituiu estratégias no oferecimento de viagens asseguradas pelo princípio da volta.

Desta feita, verificaram-se as potencialidades de diálogo entre os dois campos: o Ensino Escolar, com ênfase a disciplina de geografia pelo caráter multidisciplinar evidente, e o Turismo, que se estabelece com uso do espaço/região/território/lugar, na configuração de suas renovações. De um lado proporcionando um ensino condizente com a função social da escola, de outro uma atividade turística que englobe o morador, não apenas como “atrativo” ou fator de repulsão; mas como componente de sua dinâmica de organização.

Tal diálogo possibilita outro, também importante, que se estabelece *a priori* entre “geografia dos lugares comuns” (celestial e abstrata) e “geografia mundana”. Conseqüentemente entre aluno (o cidadão) e mundo (o espaço de sua emancipação). Suas articulações locais e globais é que proporcionarão esse caminho para a *cidadania emancipadora* que se pretende.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, E; Bulcão, M. Bachelard: Pedagogia da razão e da imaginação. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CORIOLOANO, L N. M. T. Turismo e Meio Ambiente: interfaces e perspectivas. In CORIOLOANO, L N.; Vasconcelos, F. P. O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Eduece, 2007.
- CRUZ, R. de C. A. Introdução à geografia do turismo. 2ed. São Paulo: Roca, 2001.
- HAZIN, A. L. Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal. Recife: FUNDAJ/ UNICAP, 2000.
- KELLER, P. Uma nova maneira de ver o Turismo Global. In Trigo, L. (editor); Panosso, A.; Carvalho, M; Pires, P (co-editores). Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro. São Paulo: Editora Roca, 2005,
- MOLINA, S; Rodriguez, S. Planejamento Integral do Turismo. Um enfoque para a América Latina. Bauru-SP. Edusc, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. A didática. São Paulo: Cortez, 1991.
- OLIVEIRA, C. D. M. de. Ensino de Geografia e Ciências da Comunicação: Por uma Geografia Mundana. In Mercator. DG- UFC. Nº 6, Ano 3, 2004, p 61-70.
- OLIVEIRA, C. D. M. de. Do Estudo do Meio ao Turismo Geoeducativo: Renovando as Práticas Pedagógicas em Geografia In Boletim Goiano de Geografia. Goiânia: IESA/UFG, nº 26, 1, jan/jun 2006, p 31-47.
- RESENDE, M. S. O saber do aluno trabalhador. Geografia e ensino: textos críticos. Vesentini, José William (organizador) Campinas: Papirus, 1989.
- RODRIGUES, A. A. B. Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
- XAVIER, H. A. incorporação da Dimensão do turismo no ensino da geografia. In PONTUSCKA, N; OLIVEIRA, A. (organizadores). Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo, Contexto, 2002: 59-68.

Artigo submetido em: 13/07/2012

Aceito para publicação em: 05/09/2012

Publicado em: 05/09/2012